



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 23/07/2020. Publicação: 24/07/2020. Edição nº 135/2020.

ANEXO I - RELAÇÃO DOS ESTUDANTES CONVOCADOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO COM LOTAÇÃO EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

CLASSIFICAÇÃO	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - DIREITO	NOTA FINAL
6	ANA BEATRIZ MELO GOMES	86

São Luís/MA, 16 de julho de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2020

PROCESSO: 24174/2019. OBJETO: prestação de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva de Transporte Vertical – Elevador, Marcas (ATLAS SCHINDLER E THYSSENKRUPP), instalados no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público e Anexo e no novo Prédio Sede da Promotoria de Justiça de Timon, com emprego de mão de obra, peças e todo o material necessário para a execução dos serviços, conforme as especificações e detalhamentos fixados no Termo de Referência e Anexo, bem como na proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 10/2020. Valor Global: R\$ 53.592,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e noventa e dois reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.17. PLANO INTERNO: CAMPE. NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001115, datada de 10/06/2020. CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: ELEVADORES OK COMÉRCIO DE PEÇAS, COMPONENTES E SERVIÇOS DE ELEVADORES LTDA., representada pelo Sr. ANTÔNIO ROSA MOITA. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº. 10.024/2019, e vincula-se ao edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 10/2020, constante do Processo Administrativo nº. 24174/2019, bem como à proposta da CONTRATADA.

São Luís, 23 de julho de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Promotorias de Justiça da Comarca da Capital

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA

O Promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, II e III da Constituição da República e o art. 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), e nos termos da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando representação formulada por Condomínio Village Prime e a ausência de resposta aos expedientes enviados à Delegacia de Meio Ambiente o que inviabiliza a averiguação quanto à existência de interesses difusos no conflito objeto da representação, instaura procedimento preparatório visando verificar se houve perícia no local e a predominância dos interesses no conflito (se difuso ou individuais disponíveis).

Resolve, assim, promover diligências investigatórias visando a apuração mais precisa dos fatos para posterior propositura de ação civil, ajustamento de conduta ou arquivamento na forma da lei.

Para auxiliá-lo na investigação, nomeia secretária a funcionária Amanda Jullyen de Albuquerque Cavalcanti Bohn, que deverá tomar as providências de praxe. Registre-se em livro próprio e proceda-se em conformidade ao que preconiza o citado ato regulamentar.

São Luís, 21 de julho de 2020,

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR,
Promotor de Justiça.